



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

301

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 336490-3 - Recife (20ª Vara Cível)

Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Recorrida: Francisca Zilda Dantas Vila Chan

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

**EMENTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. REJEIÇÃO. PROVIMENTO PARCIAL PARA DESOBRIGAR A SEGURADORA DO ENCARGO DE ARCAR COM O DEPÓSITO DE HONORÁRIOS PERICIAIS, ADVERTINDO A AGRAVANTE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REDUÇÃO DO VALOR ARBITRADO A TÍTULO DE DEPÓSITO DE HONORÁRIOS PERICIAIS. RECURSO DE AGRAVO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL MANTIDA. NÃO COMPROVAÇÃO DE RISCO EFETIVO DE EXAURIMENTO DA RESERVA DO FESA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Não ficou demonstrado o comprometimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), com risco efetivo de exaurimento da reserva do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA), razão pela qual compete à Justiça Estadual o julgamento do presente feito. Preliminar rejeitada.

2. Agravo de instrumento provido parcialmente para desobrigar a Seguradora do encargo de arcar com o depósito dos honorários do perito, advertindo a agravante da inversão do ônus da prova e para reduzir o valor arbitrado a título de depósito de honorários periciais para R\$ 1.500,00 por se tratar de apenas um imóvel.

3. Recurso de agravo. Manutenção da competência da Justiça Estadual para o julgamento da demanda. Recurso improvido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a **QUINTA CÂMARA CÍVEL** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **POR UNANIMIDADE DE VOTOS**, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso interposto, na conformidade do incluso voto, que passa a integrar este julgado.

Recife, 24 de setembro de 2014.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco  
Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes

295

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 336490-3 - Recife (20ª Vara Cível)

Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Recorrida: Francisca Zilda Dantas Vila Chan

Relator: Des. Jovaldo Nunes Gomes

**RELATÓRIO**

Decisão agravada às fls. 185/189.

No primeiro grau foi proferido *decisum* na Ação de Indenização *Securitária*, proposta por **Francisca Zilda Dantas Vila Chan** contra **Sul América Companhia Nacional de Seguros**, decisão essa que determinou a produção probatória através de perícia a ser custeada pela Seguradora, fixando em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) os honorários periciais.

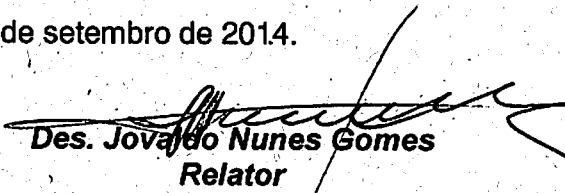
A recorrente interpôs agravo de instrumento, ao qual, monocraticamente, dei provimento parcial para desobrigar a Sul América Companhia Nacional de Seguros do encargo de arcar com os honorários do perito, advertindo a agravante da inversão do ônus da prova e para reduzir o valor arbitrado a título de depósito de honorários periciais para R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), bem como manteve a competência da Justiça Estadual para o julgamento da demanda.

Ainda irresignada, a seguradora ré interpôs este recurso de agravo, alegando que a decisão combatida foi equivocada na medida em que a competência para julgamento da demanda é da Justiça Federal, em observância à Súmula 150, do STJ e que a CEF deve integrar a relação jurídica como parte porque, nos termos do art. 1º da Lei nº 12.409/2011, é a destinatária final de eventual sentença condenatória.

Pugnou pela reforma da decisão monocrática para que seja dado provimento ao seu recurso.

É o Relatório.

Recife, 24 de setembro de 2014.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jóvaldo Nunes Gomes**

296

Quinta Câmara Cível

Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento nº 336490-3 - Recife (20ª Vara Cível)

Recorrente: Sul América Companhia Nacional de Seguros

Recorrida: Francisca Zilda Dantas Vila Chan

Relator: Des. Jóvaldo Nunes Gomes

**VOTO**

Não convencido da mudança no entendimento por mim anteriormente esposado, submeto o feito à apreciação desta Colênda Câmara.

Presentes os requisitos de admissibilidade recursal, conheço deste recurso e passo a apreciá-lo.

Na parte que interessa, está assim vazada a decisão agravada (fls. 185/189):

"(...) Preliminar: Da incompetência da Justiça Estadual.

Inicialmente, insta salientar que o Superior Tribunal de Justiça no julgamento dos EDcl nos EDcl no Recurso Especial Repetitivo nº 1.091.393/SC (Relª. p/ Acórdão Minª. Nancy Andrighi, DJe de 14/12/2012), processado nos moldes do art. 543-C do CPC, firmou entendimento no sentido de que "o ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice - FESA"

Assim, a existência de apólice pública vinculada ao Seguro Habitacional do SFH, por si só, não é suficiente para autorizar o magistrado a declarar a incompetência da Justiça Estadual e determinar a remessa dos autos ao Juízo Federal.

Como visto, além da existência de apólice pública, é indispensável que a instituição financeira prove cabalmente o comprometimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA).

Dessa forma, conclui-se que o risco hipotético ou remoto de afetação do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), administrado pela CEF, não autoriza o deslocamento automático das ações de seguro habitacional para a Justiça Federal.

A propósito, é nesse sentido que tenho me posicionado. Vejamos:

**"EMENTA. RECURSO DE AGRAVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO-IMPROVIMENTO MONOCRÁTICO PELO RELATOR. SEGURO HABITACIONAL. INTERESSE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. NÃO DEMONSTRAÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE RISCO EFETIVO DE EXAURIMENTO DA RESERVA**



257

**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

DO FESA. RECURSO IMPROVIDO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ORIGINÁRIA DECISÃO UNÂNIME. 1. A súmula 150 do STJ não tem caráter absoluto, devendo, para a sua aplicação, ser perquirido o real interesse do ente público, o que, nos autos, não restou comprovado. 2. Não ficou demonstrado o comprometimento do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), com risco efetivo de exaurimento da reserva do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice (FESA), razão pela qual compete à Justiça Estadual o julgamento do presente feito. (5ª Câmara Cível, julgado em 12/02/2014) (grifei)

O STJ, recentemente, reiterou esse entendimento da seguinte maneira:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. PROVA DO INTERESSE DA CEF OU DA UNIÃO NOS AUTOS. INEXISTÊNCIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. "Nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do SFH, a CEF detém interesse jurídico para ingressar na lide como assistente simples somente nos contratos celebrados de 02/12/1988 a 29/12/2009 - período compreendido entre as edições da Lei n. 7.682/88 e da MP n. 478/09 - e nas hipóteses em que o instrumento estiver vinculado ao FCVS (apólices públicas, ramo 66). Ainda que compreendido privadas, ramo 68), a CEF carece de interesse jurídico a justificar sua intervenção na lide. Ademais, o ingresso da CEF na lide somente será possível a partir do momento em que a instituição financeira provar documentalmente o seu interesse jurídico, mediante demonstração não apenas da existência de apólice pública, mas também do comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do FESA, colhendo o processo no estado em que este se encontrar no instante em que houver a efetiva comprovação desse interesse, sem anulação de nenhum ato anterior" (EDcl no EDcl no Resp nº 1.091.363, Relatora Ministra ISABEL GALLOTTI, Relatora p/acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, data do julgamento 10/10/2012). 2. No caso, inexistente nos autos prova do interesse da União ou da Caixa Econômica Federal. Competência, portanto, da Justiça estadual, não havendo falar em modificação da decisão monocrática. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1427808/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2014, DJe 29/04/2014)" (grifei)

Por outro lado, a edição da Lei 12.049/2011 (que alterou o regime jurídico da apólice pública – ramo 66 – seguro habitacional) e da MP 633/2013 (que estabeleceu competir a CEF representar os interesses do FCVS) não tem o condão de alterar a competência das ações judiciais envolvendo contratos dessa natureza. Este é o entendimento deste TJPE:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO HABITACIONAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DE INTERESSE JURÍDICO DA CEF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. "A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional" (Súmula TJPE nº 94), entendimento atualmente acolhido no âmbito do STJ, inclusive em sede de Recurso Especial Repetitivo (Resp. 1.091.363/SC). 2. O entendimento consolidado no sentido da inexistência de interesse da Caixa Econômica Federal para atuar nas ações do Seguro Habitacional não foi abalado pela edição da Medida Provisória nº 633, que, não podendo inovar no campo do Direito Processual Civil (art. 62, §1º, I, b, da CRFB/88), não altera o instituto da intervenção de terceiros nem o conceito de terceiro interessado. 3. Ademais, a MP nº 633, de 26 de dezembro de 2013, não teria o condão de alterar a competência dos processos em curso, diante da perpetuação



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

298

jurisdictiones, regra inscrita no art. 87 do CPC." (AI nº 315783-3, 5ª Câmara Cível, Rel. Des. José Fernandes, julgado em 11/06/2014)

**"EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO ORIUNDA DO SEGURO DO SFH. A EDIÇÃO DA LEI Nº 12.409/2011 NÃO TEM O CONDÃO DE AFASTAR A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA JULGAR O FEITO - PRECENDES DO STJ. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE DA SEGURADORA PARA FIGURAR NO POLO PASSIVO DA LIDE; DE INÉPCIA DA INICIAL; DE ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUTUÁRIOS E DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL DOS AUTORES COM CONTRATOS QUITADOS - REJEITADAS. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. MÉRITO: CORRETA A DETERMINAÇÃO DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO ART. 6º, VIII, DO CDC. - Em respeito ao princípio da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito, a Lei nº 12.409/2011 não acarreta a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar os feitos oriundos do seguro do SFH em que se discutem os vícios construtivos. - O STJ, em recentíssimos julgados, tem mantido o posicionamento no sentido da inexistência do interesse da Caixa Econômica Federal a justificar a formação de litisconsórcio passivo necessário e o, consequente, deslocamento da competência à Justiça Federal nos feitos em que se discute a respeito de contrato de seguro adjeto a contrato de mútuo. - De acordo com o disposto no art. 6º, VIII, do CPC, compete ao julgador determinar a inversão do ônus da prova quando constatada a verossimilhança nas alegações do consumidor ou sua hipossuficiência." (AI 280813-5, 6ª Câmara Cível, Rel. Des. Fernando Martins, julgado em 16/10/2012)**

Em igual sentido: ED 1930549; 3ª Câmara Cível, Relator: Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, Julgamento: 08/03/12; RA 2583140, 1ª Câmara Cível, Relator: Josué Sena, Julgamento: 14/02/12.

No caso, os requisitos estabelecidos pelo STJ não estão preenchidos. A competência pertence, portanto, à Justiça Estadual. Assim, rejeito a presente preliminar.

No tocante aos honorários periciais, a Seguradora alegou que estes deveriam ser suportados pela agravada e, caso este não seja o entendimento, aduziu que a fixação em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por imóvel foi desproporcional (fl. 21).

Impende registrar que se aplica o Código de Defesa do Consumidor aos contratos regidos pelo SFH e, no presente caso, é possível a inversão do ônus da prova, vez que a autora, como beneficiária da gratuidade da justiça (AI nº 313238-5), não pode ser obrigada a custear a realização da perícia, por não dispor de condições para tanto. Do contrário, o direito fundamental ao acesso à justiça restaria inviável para a parte vulnerável (4ª Câmara Cível. Rec. Ag. no AI nº 0319230-3, Rel. Des. Eurico de Barros Correia. Julg. em 06/03/2014).

Contudo, mesmo diante da hipossuficiência da parte autora/agravada, a inversão do ônus da prova, por si só, não tem o condão de obrigar a seguradora (ré/agravante) a arcar com as despesas da perícia.

Ressalte-se que, apesar de não ser obrigada a arcar com as despesas da perícia, a seguradora deve estar ciente de que a realização desta também representa uma oportunidade para que ela possa comprovar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito que o autor alega possuir (art. 333, II, CPC), bem como que, posteriormente, caso não suporte as



299

**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

despesas com a realização da perícia, poderá sofrer as consequências processuais resultantes da não realização desta, já que os fatos alegados pela autora, por presunção, poderão ser tidos como verdadeiros. A esse respeito, observe-se o entendimento do STJ:

**"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – SERVIÇO DE ESGOTO SANITÁRIO – INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA – VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL: DESCABIMENTO DO ESPECIAL – FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE: SÚMULA 284/STF – CONTROVÉRSIA FÁTICA: SÚMULA 7/STJ. 1. (...). 5. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que, em se tratando de relação de consumo e sendo hipossuficiente o autor, cabível a inversão do ônus da prova, o que não tem o efeito de obrigar a parte contrária arcar com o custo da prova requerida pelo consumidor. Entretanto, o réu sofre as consequências processuais advindas de sua não-produção, ou seja, presumir-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. 6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido." (REsp 871350/RJ, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/05/2008, DJe 26/05/2008) (grifei)**

Ademais, verifica-se à fl. 107 e à fl. 152, que na sua contestação a Seguradora protesta, de forma expressa e inequívoca, pela realização de perícia técnica de engenharia.

Além disso, compulsando os autos, verifiquei que o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixado a título de depósito de honorários periciais, foi excessivo, uma vez que se trata de realização de vistoria em apenas um imóvel localizado na Rua Copacabana, nº 52, 301, Bloco B, em Boa Viagem, Recife-PE (fl. 51).

Assim, por se tratar de apenas um imóvel, entendo que o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) é suficiente para remunerar, inicialmente, o trabalho a ser desenvolvido pelo expert.

Sobre o tema, vejamos:

**"PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO LEGAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. HONORÁRIOS DO PERITO. QUANTUM REDUZIDO. NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO LEGAL À UNANIMIDADE. (...) 4. No que pertine ao quantum arbitrado pelo d. Magistrado a quo de início se deve assentar que os valores dos honorários de peritos judiciais nomeados pelo juízo serão fixados pelo Juiz de maneira equitativa, observada a natureza da perícia, o tempo a ser consumido, os interesses em debate e o valor da causa, não estando adstrito a valores previamente fixados em tabelas produzidas por órgãos reguladores de classe. 5. In casu, se está diante de avaliação de apenas um imóvel popular, tipo apartamento, situado a Rua 80, quadra 58, Bloco 01, Apt.203, Bairro de Maranguape I, Paulista/PE, de baixa complexidade estrutural e baixo valor de mercado, possuindo a causa ora em análise o valor declarado de R\$ 1.000,00 (mil reais). 6. Tudo isso pesado, e observados a natureza da perícia, o tempo a ser consumido, os interesses em debate e o valor da causa, bem como em atenção ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, entende-se que a verba honorária do Sr. Perito fique bem fixada no importe total de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Excessivo, portanto, o valor arbitrado pelo magistrado a quo no valor de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco**  
**Gabinete Des. Jovaldo Nunes Gomes**

300

7. Unanimemente, negou-se provimento ao Recurso de Agravo Legal. (TJPE – Recurso de Agravo nº 326949-8/ Relator: Des. Josué Sena, 1ª Câmara Cível, Publicado em 28/03/2014) (grifei)

Nesse sentido: AI 334906-6 (Rel: Des. Eurico de Barros, 4ª Câmara Cível).

Cumprе salientar que o valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) é um depósito prѐvio para a realizaçāo da perícia, posto que o valor real dos honorários periciais deverá ser fixado pelo magistrado de piso ao proferir a sentença, após analisar a natureza do trabalho, a complexidade da causa, o tempo exigido do profissional e o laudo realizado pelo perito.

Ante o exposto, com base no art. 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso interposto para desobrigar a Sul América Companhia Nacional de Seguros do encargo de arcar com os honorários do perito, advertindo a agravante da inversão do ônus da prova e para reduzir o valor arbitrado a título de depósito de honorários periciais para R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). (...)"

Analisando as argumentações apresentadas pela recorrente, verifico serem elas inconsistentes e infundadas, razão pela qual persisto no entendimento de que não restaram demonstrados nos autos motivos capazes de modificar a decisão impugnada.

Atente-se que o presente recurso de agravo não trouxe quaisquer elementos novos capazes de ensejar nova discussão a respeito do tema.

Insta salientar que a súmula 150 do STJ não tem caráter absoluto, devendo, para a sua aplicação, ser perquirido o real interesse do ente público, o que, no caso, não restou comprovado, bem como não ficou demonstrado o comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva do FESA, razão pela qual compete à Justiça Estadual o julgamento do presente feito.

O *decisum* hostilizado, portanto, encontra-se em perfeita consonância com o ordenamento jurídico e merece ser mantido por seus próprios fundamentos, sendo desnecessário repetir toda a argumentação desenvolvida na decisão terminativa ora vergastada.

Ante o exposto, voto no sentido de **negar provimento** ao recurso, mantendo na íntegra a decisão terminativa.

É como voto.

  
Des. Jovaldo Nunes Gomes  
Relator